



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 135

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 31 DE JANEIRO DE 2011

ANO XXXV

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**VALDIR ROSSONI**  
2º Secretário - PSDB

**ELTON WELTER**  
3º Secretário - PT

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PRB

**ERON ABOUD**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Caíto Quintana*  
*Líder da Oposição ..... Elio Rusch*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Pedro Ivo*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Reni Pereira*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - André Gustavo Lopes Pegorer - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielese - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Rafael Greca - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 04: Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 04: Alisson Anthony Wandscheer - Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: José Domingos Scarpelini - Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 135**

#### **SUMÁRIO**

##### **Publicações:**

Comissão Executiva

Atos ..... 02

Diretoria Geral

Portarias .....03

##### **Publicações Administrativas:**

Procuradoria Geral

Solicitação de Informações.....04

### **DIÁRIO Nº 135**

#### **Publicações:**

#### **Comissão Executiva**

##### **Atos**

##### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0018/11**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 17698, datado de 22/11/10, deste Poder,

##### **R E S O L V E :**

mandar pagar a NOEL CANDIDO DE MORAES JUNIOR, os salários atrasados dos meses de maio a outubro, inclusive, do corrente ano.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17/01/11.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

##### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0035/11**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 19356, datado de 07/12/10, deste Poder,

##### **R E S O L V E :**

conceder a JESILDA DE OLIVEIRA E SILVA, Matrícula nº 40326, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, portadora da Carteira de Identidade com Registro nº 2.200.372-0 e CPF sob o nº 394.231.409-63, ocupante do cargo de Servente, nível NBB-03, com lotação no setor de Portaria, Abono de Permanência em Serviço, equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, nos termos da Emenda Constitucional nº 041, artigo 2º, de 19/12/03, a partir da data de sua opção.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/01/11.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

##### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0080/11**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 00703, datado de 19/01/11, deste Poder,

##### **R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, ELISA MAYER RIBAS, do cargo em comissão de simbologia G7, do Gabinete do Deputado Durval Amaral, a partir de 01/01/11.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/01/11.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

##### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0081/11**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 00135, datado de 11/01/11, deste Poder,

##### **R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, SIMONE BASTOS, do cargo em comissão de simbologia G5, do Gabinete do Deputado Augustinho Zucchi, a partir de 03/01/11.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 21/01/11.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

##### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0086/11**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

##### **R E S O L V E :**

ficam exonerados a partir de 31/01/11 todos os servidores lotados em cargos e funções de provimento em comissão no âmbito do Poder Legislativo Estadual, nos termos do artigo 18, III, da Lei Estadual nº 16522 de 31/05/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31/01/11.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ***Diretoria Geral***

### ***Portarias***

#### **PORTARIA Nº 0018/11**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob nº 15656, de 27/10/10, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

conceder, a MARIA HELENA LIMA DOMINGOS, Matrícula nº 5612, funcionária comissionada do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, um (01) mês de férias, de acordo com o artigo 135 e 136 da CLT, no período de 01/12/10 a 01/01/11. No pedido consta anuência de seu superior.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20/01/11.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

#### **PORTARIA Nº 0019/11**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### **R E S O L V E :**

lotar ANTONIO CARLOS ELIAS DE FRANCA junto à Presidência a partir de 20/01/11.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20/01/11.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

#### **PORTARIA Nº 0020/11**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob nº 17168, de 18/11/10, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

conceder, a AGATHA ROTOLI DE MACEDO KALKMANN, Matrícula nº 6742, funcionária comissionada do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, lotada na Administração, um (01) mês de férias, de acordo com o artigo 135 e 136 da CLT, no período de 17/01/11 a 17/02/11. No pedido consta anuência de seu superior.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24/01/11.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

#### **PORTARIA Nº 0021/11**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 036, datado de 10/01/11, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

conceder, a ALICE TEREZINHA FRIEDRICH SECCHI, Matrícula nº 41167, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Digitador, nível NTD-02, lotada no Gabinete Parlamentar do Deputado Estadual Antonio Anibelli, transferência de suas férias para o mês de fevereiro de 2011. O pedido está autorizado pelo seu superior.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24/01/11.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

#### **PORTARIA Nº 0022/11**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 19948, datado de 14/12/10, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

conceder, a CLAUDIA RUSSI FARAH, Matrícula nº 40603, funcionária estável desta Assembleia Legislativa, lotada na Procuradoria Geral, um (01) mês de férias, de acordo com o artigo 149, da Lei Estadual nº 6174/70, no período de 10/01/11 a 09/02/11. No pedido consta anuência de seu superior.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24/01/11.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

#### **PORTARIA Nº 0024/11**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 19056, datado de 02/12/10, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

conceder, a CARMEM LAGO ARAGÃO, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, Matrícula nº 40099, portadora da Carteira de Identidade com Registro nº 2.250.030-9, CPF nº 238.114.989-91, lotada no Diário da Assembleia, da Diretoria Administrativa, 30 dias de férias funcionais, iniciando-se no dia 01/12/10 e retornando a esta Casa Legislativa no dia 03/01/11, amparando-se esta rogativa, nos termos do artigo 149 da Lei nº 6174/70, Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Paraná.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24/01/11.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

#### **PORTARIA Nº 0026/11**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 171, datado de 12/01/11, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, ANGELINA KIERDEL, Matrícula nº 40920, de 41 (quarenta e um) dias, a partir de 31/12/10 a 10/02/11, CID 10 G 55.1.

Gabinete da Diretoria Geral, 27/01/11.  
(a) ERON ABBOUD - Diretor Geral

**PORTARIA Nº 0028/11**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 556, datado de 18/01/11, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, BASILIO CABRERA, Matrícula nº 40029, de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 28/01/11 a 28/05/11, CID 10 I 63.5 e I 64.

Gabinete da Diretoria Geral, 27/01/11.  
(a) ERON ABBOUD - Diretor Geral

**PORTARIA Nº 0029/11**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 10, datado de 10/01/11, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, JEFFERSON STANISLA-WCZUK Matrícula nº 41244, de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 04/01/11 a 03/05/11, CID 10 F 43.2 F 43 F 41.1.

Gabinete da Diretoria Geral, 27/01/11.  
(a) ERON ABBOUD - Diretor Geral

**PORTARIA Nº 0030/11**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 19963, datado de 15/12/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, ANA PAULA MOREIRA DA CRUZ Matrícula nº 40854, de 10 (dez) dias, a partir de 11/12/10 a 21/12/10, CID K10 m 65.8.

Gabinete da Diretoria Geral, 27/01/11.  
(a) ERON ABBOUD - Diretor Geral

**PORTARIA Nº 0033/11**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em

vista o que consta do processo protocolado sob o nº 19949, datado de 14/12/10, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, SIMONE BOABAID, Matrícula nº 40836, de 60 (sessenta) dias, a partir de 13/12/10 a 10/02/11, CID F 43.2 F 43 F 41.1.

Gabinete da Diretoria Geral, 27/01/11.  
(a) ERON ABBOUD - Diretor Geral

## ***Publicações Administrativas:***

### ***Procuradoria Geral***

#### ***Solicitação de Informações***

**Protocolo:** nº 723/11

**Assunto:** Solicitação de Informações

**Interessado:** Gilberto Berguio Martin

**PARECER Nº 037-2011**

Exmo. Sr. Presidente:

Trata-se de requerimento administrativo formulado por Gilberto Berguio Martin, devidamente qualificado à fl. 02, no qual alega ter conhecimento de que esta Casa de Leis, através de sua Mesa Executiva, empossará os primeiros suplentes das coligações das quais os partidos políticos dos Deputados eventualmente licenciados participaram.

Notícia o interessado, ainda, que em 09 de dezembro passado, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, na Ação Mandamental nº 29988, decidiu que *em caso semelhante as vagas deveriam ser preenchidas pelos primeiros suplentes do partido*.

Assim, requer ao final pela expedição de certidão na qual constem quais os critérios a serem adotados por este órgão legislativo quando da escolha dos suplentes.

Este é, em resumo, o necessário relatório.

Inicialmente, é de todo pertinente registrar que a questão referente à convocação dos suplentes, nos casos de vaga, licença por mais de 120 dias, ou de investidura nas funções de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, de Prefeitura ou Chefe de Missão Diplomática temporária está disciplinada no artigo 76 c/c com o artigo 3º, ambos do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

Acresce notar, demais disso, que a convocação do suplente obedece rigorosamente às informações a serem prestadas pelo Tribunal Regional Eleitoral, cabendo a Assembleia Legislativa, apenas, dar posse àquele cujo Poder Judiciário Eleitoral respectivo indicar como o sucessor à vaga aberta.

Assim, entende esta Procuradoria que está prejudicado o pedido inicial, não havendo como esta Casa de Leis expedir a certidão pretendida, eis que os critérios a serem adotados pela Mesa, quando da escolha dos even-

tuais suplentes, estão condicionados às informações prestadas pelo Tribunal Regional Eleitoral, cujo órgão possui atribuição e competência exclusivas de diplomar os eleitos e respectivos suplentes do certame eleitoral.

Fosse pouco, a despeito do entendimento acima aduzido, é de se notar que a ação judicial noticiada pelo interessado se trata de Ação Mandamental individual proposta junto ao Supremo Tribunal Federal, não se prestando, portanto, para amparar direitos líquidos e certos coletivos, cuja modalidade possui, inclusive, rito processual próprio, conforme expressa previsão contida na Lei Federal nº 12016/09.

Ademais, segundo consulta processual realizada no sítio eletrônico do STF ([www.stf.gov.br](http://www.stf.gov.br)), é de se observar que a aludida decisão é de caráter liminar. É notório, portanto, o fato de não ter ocorrido o julgamento do mérito do respectivo Mandado de Segurança, sendo até mesmo despidendo dilatar comentários acerca do tema.

Além disso, há de se destacar, conforme já vem ocorrendo nas legislaturas pretéritas, o entendimento desta Procuradoria Geral no sentido de que as referidas lacunas, nos casos de eventual afastamento de Deputados, devem ser ocupadas pelos primeiros suplentes das coligações, e não do partido político.

Acerca do tema, é oportuno enfatizar a coligação partidária, embora de caráter temporário, assume o status de partido político, sendo que as consequências por ela geradas devem perdurar no tempo, porquanto os parceiros coligados foram devidamente legitimados pelo processo eleitoral.

Em outras palavras, em se tratando de efeitos eleitorais, as siglas partidárias, ao formarem uma coligação, assumem as obrigações e prerrogativas de um partido político, sendo evidente a íntima relação de causa e efeito que se extrai de uma coligação partidária.

O próprio legislador, ao editar a Lei nº 9504/97, teve o cuidado de tratar do assunto, quando acertadamente trouxe à baila o instituto da coligação partidária, prevendo em seu artigo 6º *verbis*:

*Art. 6º É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária, proporcional, ou para ambas, podendo, neste último caso, formar-se mais de uma coligação para a eleição proporcional dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário.*

§ 1º A coligação terá denominação própria, que poderá ser a junção de todas as siglas dos partidos que a integram, sendo a ela atribuídas as prerrogativas e obrigações de partido político no que se refere ao processo eleitoral, e devendo funcionar como um só partido no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses interpartidários. (Destaque nosso)

Calha a referir, ainda, o entendimento do Tribunal Superior Eleitoral, através do parecer jurídico de sua assessoria exarado na Consulta n° 1479, no sentido que *as coligações reclamam tratamento diferenciado, pois apre-*

*sentam-se (tanto no sistema proporcional como no majoritário) como um único partido, transmutado em entidade jurídica com corpo e alma próprios. Assim, pode-se considerar a coligação um partido autônomo, com existência temporária, durante o processo eleitoral e, eventualmente, quando se fizer necessário seu ressurgimento para defesa dos interesses dela oriundos, como é a hipótese de impugnação de mandato eletivo, recurso contra expedição de diploma (Ac. n.º 4410, de 16/09/00, Rel. Ministro Fernando Neves e Ac. n.º 26146, de 06/03/07, Rel. Ministro José Delgado) e de interesse no preenchimento de vaga surgida, por qualquer motivo, e que fora conquistada à visa do quociente partidário por ela auferido.*

A propósito, seguem algumas decisões emanadas do próprio Tribunal Superior Eleitoral:

- Eleitoral. Consulta. Convocação. Suplente. Hipótese. Coligação. Eleição Proporcional. “Ocorrendo vaga, será convocado o suplente, na ordem rigorosa da votação nominal, e de acordo com a sua classificação (artigo 50, parágrafo único, Res. n° 13266/86), passando a exercer o mandato sob a legenda do partido no qual se encontra filiado, mesmo que com isso se diminua a representação de outro, integrante da mesma coligação, mas respeitado o princípio da votação majoritária e a vontade do eleitor.”<sup>1</sup>

- Suplente. Deputado Federal. Vaga. Convocação de Suplente. Precedentes: Resolução nº 13605 e Acórdão nº 8712. Ocorrendo vaga, será convocado o suplente, na ordem rigorosa da votação nominal, e de acordo com a sua classificação (artigo 50, parágrafo único, Resolução nº 13266/86), passando a exercer o mandato sob a legenda do partido no qual estiver filiado, mesmo que com isso seja diminuída a representação do outro, integrante da mesma coligação, mas respeitado o princípio da votação majoritária e a vontade do eleitor.

- Hipótese do primeiro suplente de Deputado Federal, assim colocado na proclamação dos eleitos, que, posteriormente, muda de legenda partidária. Situação do segundo suplente desse mesmo partido.<sup>2</sup>

Destarte, sob o prisma legal e jurisprudencial, o entendimento desta Procuradoria Geral permanece o mesmo já manifestado em oportunidades anteriores, qual seja, de que o titular da vaga surgida, em virtude do eventual afastamento de Deputado, é do primeiro suplente do partido denominado 'coligação'.

Diante do exposto, considerando a impossibilidade desta Casa de Leis expedir a certidão pretendida pelo interessado, este é, respeitosamente, o parecer.

Atenciosamente,

Curitiba, em 24/01/11.

(aa) AYRTON COSTA LOYOLA - Procurador Geral  
GUILHERME FERRAZ LEWIN - Advogado (Mat. 6796)

1. (Res. n° 13605, Rel. Min. Carlos Velloso)

2. (Resolução nº 14006, de 10/12/87, rel. Min. Francisco Rezek).